



Encontro
da Rede **10**^o
de Estudos Rurais

**“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA (SPGS): MOVIMENTO SOCIAL OU FRENTE DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO?

Luís Henrique Conti Tasca¹; Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo²

GT 10: Movimentos sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo.

RESUMO

O Sistema Participativo de Garantia foi criado no Brasil como contraposição à regulamentação dos produtos orgânicos estabelecida pela União Europeia em 1991. Desde então, ocorreu a expansão do SPG, chegando a mais de 70 países, conquistando em 15 deles o reconhecimento legal. O SPG conforma-se a partir do conflito entre membros organizados da sociedade perante a institucionalidade do Estado, que se desenvolveu a reboque das instituições europeias, possuindo membros organizados sob sua pauta. Nosso objetivo é analisar se o movimento em torno do SPG se caracteriza como um Movimento Social à parte ou se é uma frente do Movimento Agroecológico. Para tanto, utilizamos a pesquisa documental e bibliográfica, somada de reflexões teóricas proporcionadas por Charles Tilly e Sydnei Tarrow. O SPG, apesar de concentrar características típicas de Movimentos Sociais, não acumula características suficientes para enquadrar-se como tal, sendo uma das frentes do Movimento Agroecológico.

Palavras-chave: Certificação Orgânica, Ciência Política, Agroecologia, Certificação Participativa.

INTRODUÇÃO

No início da década de 1990, com o crescimento do mercado de produtos orgânicos e sua escalada no cenário internacional, a União Europeia (EU) iniciou o processo de institucionalização do setor (CENTRO ECOLÓGICO, 2014). Surge nesta época, mais especificamente em 1991, a certificação por auditoria, consistida na verificação das qualidades orgânicas dos produtos baseada na legislação, mediante pagamento por parte do produtor a uma empresa registrada junto ao Estado, que audita a produção tornando o produto passível

¹ Laboratório de Extensão Rural e Agroecologia - LERA da Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, luistasca1@gmail.com.

² Laboratório de Extensão Rural e Agroecologia - LERA da Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, vanilde@unicamp.br.

de obter a certificação (CENTRO ECOLÓGICO, 2014; MAPA, 2020).

A institucionalidade instaurada pela EU logo se espalhou de forma pouco questionada por Estados mundo afora, fato que se deu em relação a posição da EU como maior importadora de produtos orgânicos e por sua exigência de adoção do sistema de certificação por auditoria como forma única de respaldar as qualidades orgânicas dos produtos, somada da dominação historicamente construída pela Europa sobre as demais regiões do planeta através do colonialismo, neocolonialismo e subsequentemente do capitalismo dependente (QUIJANO, 2005; MARINI, 2017; IPEA, 2020; TASCA, 2023).

Desta maneira, a forma de se compreender os produtos enquanto orgânicos mudou, tornando a certificação a garantia máxima da qualidade orgânica de um produto. Este fato gerou a exclusão de agricultores que possuíam dinâmicas diferentes para garantir estas qualidades orgânicas (GONZALEZ et al, 2016; FOUILLEUX; LOCONTO, 2017).

Neste contexto, em 1991, surge no Brasil, como forma de resistência à imposição da legislação aos moldes europeus, o que veio a se tornar o Sistema Participativo de Garantia (SPG) (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020). O SPG é uma metodologia que consiste na verificação das qualidades orgânicas dos produtos de forma participativa através dos próprios produtores, consumidores e técnicos envolvidos no sistema, pautando-se fortemente na auto-organização e na troca de saberes (HIRATA; ROCHA; BERGAMASCO, 2020)

Tendo em vista o movimento em torno da aceção do SPG, objetivamos com este trabalho analisar se o movimento criado em torno do SPG se caracteriza como um Movimento Social à parte ou se é uma frente dentro do Movimento Agroecológico. Nossas perguntas de pesquisa são: “O movimento em torno do SPG, tendo em vista sua construção histórica e sua organização, caracterizam-no como um Movimento Social? Ou seria o SPG uma parte constituinte do Movimento Agroecológico?”.

Pretendemos apresentar elementos teóricos para o alcance do nosso objetivo. Neste sentido, inicialmente, partimos da reflexão teórica proposta por Sidney Tarrow (2009), que compreende os movimentos sociais também enquanto estruturas de poder e política e não apenas composto por questões específicas. Neste sentido, Tarrow (2009) contribui para a compreensão de como o movimento do SPG surge por meio do conflito e de outros movimentos e instituições já existentes. A nossa reflexão teórica é aprofundada a partir da compreensão das categorias propostas por Charles Tilly (2004): Campanha, Repertório e V.U.N.C. (Valor, Unidade, Números e Comprometimento) no Movimento Agroecológico e do SPG para averiguar se este segundo se caracterizaria como um Movimento Social à parte, ou como uma frente do primeiro. Nos valemos também da reflexão do referencial teórico sobre SPG e sobre a Teoria do Processo Político - TPP em Movimentos Sociais, acrescida de pesquisa documental e bibliográfica a respeito da história das movimentações que originaram o SPG.

O SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA: SURGIMENTO E RECONHECIMENTO FORMAL

Como citado anteriormente, a institucionalização da agricultura orgânica se deu por meio da EU, por seu conselho regulatório em 1991. De acordo com Fouilleux e Loconto (2017) e González et al. (2016), o sistema de certificação criado na Europa, denominado “sistema de auditoria” ou “certificação por terceira-parte”, promoveu a exclusão de agricultores do Sul Global, tendo em vista sua lógica homogeneizante sobre a agricultura orgânica, que não respeita as regionalidades diversas e diferentes formas de abordá-las.

Com o domínio historicamente construído pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos da América (EUA) sobre os países do Sul Global, ocorreu a impossibilidade de uma condução soberana de seus próprios destinos (QUIJANO, 2005; MARINI, 2017). O que somou-se a um longo processo de apagamento, substituição e deslegitimação das culturas e instituições já existentes nas demais regiões do planeta (FANON, 1968, CUSICANQUI, 2010).

O processo de construção da institucionalidade da agricultura orgânica pautado no Norte Global está indissociavelmente atrelado a esta construção histórica, concentrando em 2020 cerca de 90% das importações de produtos orgânicos do mercado mundial, enquanto 180 países os produziam (IPEA, 2020).

Isto soma-se a não aceitação de formas diferentes do sistema de auditoria como válidas para certificação dos produtos orgânicos, justificando de forma indireta a invalidez colocada sobre outras formas de operar legalmente dentro deste mercado (CENTRO ECOLÓGICO, 2014; TASCA, 2023). A soma destas manifestações (material e imaterial) da dominação histórica do Norte sobre o Sul proporcionaram o espalhamento do modelo de institucionalização da agricultura orgânica aos moldes da EU de forma quase não questionada para os demais países do mundo (TASCA, 2023).

Neste contexto, surge no Brasil como contraponto, o SPG, gestado na extinta Cooperativa Ecológica Coolméia (Coolméia). De acordo com Meirelles (2020), um dos participantes na criação do que veio a se tornar o SPG, o sistema surge como uma contraposição direta à lógica da institucionalização por determinação da EU.

Durante os anos seguintes, mantivemos, no âmbito da Coolméia, nossa posição de contrários à certificação tal como vinha proposta dos países do norte. Prosseguimos buscando desenvolver um método, que gerasse a credibilidade dos produtos, mais adequado à realidade dos “pequenos produtores” dos países do Sul (MEIRELLES, 2020, p. 48).

Logo nos anos seguintes a sua criação, a certificação participativa que depois veio a ser denominada SPG chega à Rede TA Sul, uma organização de organizações que tinha como uma de suas pautas a agroecologia, e cuja Coolméia era participante ativa. Este fato fez culminar

em 1998 na Rede Ecovida de Certificação Participativa, que tinha como sua principal pauta a organização dos grupos de produtores e colaboradores organizados sob a égide da metodologia participativa e sua disseminação (MEIRELLES, 2020).

Ao final da década de 1990, uma organização chamada Centro Ecológico, que participava da Rede Ecovida, leva os preceitos da certificação orgânica participativa ao Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA), que logo no início dos anos 2000 começa a adotar e disseminar a metodologia na região (MEIRELLES, 2020).

Com a expansão da avaliação participativa da conformidade orgânica, e sua não aceitação como metodologia válida legalmente (até 2007), surgem conflitos entre os interesses de seus participantes e dos Estados até que haja o seu reconhecimento formal.

DO QUE CONSISTEM OS MOVIMENTOS SOCIAIS?

O termo “Movimento Social” passou por uma longa construção até sua constituição. Temos como época que marcou sua definição a década de 1960, quando eclodiram diversas manifestações pelos direitos civis nos EUA e Europa (ALONSO, 2009).

Na década de 1960 começa a despertar no meio acadêmico a necessidade de se compreender o que são estes “novos” movimentos, iniciando a delimitação do que são os Movimentos Sociais. A construção de seu significado tem como questão geradora, a não observação destas movimentações como anomalias do funcionamento da sociedade em busca de equilíbrio, ou mesmo oriundas de descontentamentos inevitavelmente decorrentes da contradição estrutural do sistema capitalista. Neste momento inicia-se a compreensão de que os Movimentos Sociais possuíam seus objetivos, mas que não necessariamente estariam atrelados à tomada de poder do Estado, e tampouco que estes seriam canalizações de movimentos espontâneos da sociedade (ALONSO, 2009; TARROW, 2009).

Com esta abordagem mais específica na tentativa de compreensão do que eram e como surgiam Movimentos Sociais, ramificam-se diversos olhares teóricos. Um destes olhares, o qual daremos enfoque, denomina-se Teoria do Processo Político (TPP). A TPP é fortemente relacionada à Ciência Política, e se vale de uma leitura histórica prolongada, somada a uma visão de junção entre a cultura e a política como cerne da análise dos Movimentos Sociais (TILLY, 2004; ALONSO, 2009).

Tarrow (2009) discute que os movimentos sociais estão imbricados inevitavelmente do confronto político, e que estes são parte inevitável de um possível processo revolucionário, mas que este resultado normalmente não está no horizonte imediato destes movimentos. Dentro de sua obra Tarrow (2009) descreve os movimentos sociais, abordando inicialmente o confronto político como cerne da questão, depois inferindo que este seria a chave para compreender o que são e não são movimentos sociais.

O confronto político surge como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. A partir dessas oportunidades e usando repertórios conhecidos de ação, pessoas com recursos limitados podem agir de forma contenciosa - embora esporadicamente. Quando suas ações se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação, elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos. Em tais casos - e apenas em tais casos - estamos diante de um movimento social (TARROW, 2009, p. 27).

Assim, podemos observar que os Movimentos Sociais se pautam primeiramente na relação entre conflito e reação, escalam a uma organização dependente de ambas construções históricas e da ação dos indivíduos, ao tempo que limita esta ação voltada ao diálogo e ganho de espaço perante o *status quo* vigente, batalhando uma visão de mundo com este primeiro, criando uma cadeia de relações e novos movimentos que dão sustentação à ação contenciosa (TARROW, 2009).

Tilly (2004) coloca características que definem um movimento social, circunscritas em três aspectos principais: Campanha, Repertório e V.U.N.C (Valor, Unidade, Números e Comprometimento). De acordo com Tarrow (2009) podemos isolar estas mesmas categorias, acrescidas também do conflito político.

A Campanha diz respeito às reivindicações que são pauta unificadora dentro de um Movimento Social, e que são indissociavelmente centrais para defini-lo. O Repertório refere-se às formas de ação política em dada localidade e momento histórico, como por exemplo as passeatas, ocupações, marchas, piquetes, dentre muitas outras. O Repertório se manifesta a partir da relação histórica de construção da sociedade e as formas de mobilizar e reivindicar que fazem e(ou) fizeram sentido para esta (TILLY, 2004; TARROW, 2009).

E o V.U.N.C., que divide-se em quatro partes: Valor, definido pela participação de pessoas que trazem legitimidade ao movimento, que dão-lhe uma imagem que remete aos espectadores da ampla sociedade um ar de legalidade, de idoneidade; a Unidade, definida pela identidade visual e fatores que promovem a identificação dos membros entre si e perante a sociedade; Números, literalmente referente à capacidade de concentrar membros em torno da ação, ou mesmo demonstrar o volume de participantes através de demonstrações públicas e dados; e Comprometimento, que diz respeito à capacidade de autossacrifício dos membros perante a causa do movimento (TILLY, 2004).

DA AGRICULTURA ALTERNATIVA AO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO

Quando inferimos que o conflito foi gerador do SPG, inferimos automaticamente que o SPG não surge do nada. Parece uma afirmação óbvia, porém devemos compreender que o recorte, por vezes, induz ao erro de crer que os movimentos aparecem espontaneamente,

quando na maioria das vezes originam-se de outros movimentos ou conflitos anteriores (TILLY, 2004; TARROW; 2009).

Com o movimento em torno do SPG, podemos dizer que o ponto de partida se dá na contradição gerada pela instauração da legislação de certificação orgânica europeia de 1991, porém é necessário afirmar que o conflito é bem anterior a este fato.

O embrião do movimento do SPG foi o movimento de agricultura alternativa que se conformou no Brasil a partir dos anos 1980. Suas questões geradoras eram a mudança no paradigma da agricultura, pautada na preservação ambiental e em movimentos filosóficos atrelados à mudança de estilo-de-vida, fato marcado, por exemplo, pela fundação da Coolméia em 1978, em que boa parte dos membros era da Grande Fraternidade Universal (FAE S/D; MONTEIRO; LONDRES, 2017; TASCA, 2023). Estes acontecimentos estavam abarcados dentro de um contexto de reorganização da sociedade pós colapso da ditadura militar, com suas mais de duas décadas de demandas populares represadas (RODRIGUES, 2016; SUCCI JÚNIOR, 2016)

Desde a década de 1970 existiam intentos de disseminar e criar bases para o crescimento da agricultura alternativa no Brasil, que toma força apenas a partir da década de 1980 quando

“[...] surgiram associações e cooperativas em várias partes do país [...] Esses grupos [...] se reuniram em Curitiba/PR, em 1981, no I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA). [...] outros três EBAA foram realizados: 1984, Petrópolis/RJ; 1987, Cuiabá/MT; e 1989, Porto Alegre/RS. [...] Os EBAA foram, sem dúvida, uma expressão dos primeiros esforços de constituição de um grande movimento de amplitude nacional reunindo os diferentes grupos e setores da sociedade envolvidos com a construção da agricultura alternativa no país. (MONTEIRO; LONDRES, 2017 p. 57).

Notamos nestas movimentações dos anos 1970 aos 1980, sob a ótica proveniente de Tarrow (2009), que existe a ampliação das oportunidades políticas com a eminência da redemocratização do país, revelando a vulnerabilidade do modelo vigente de agricultura pautado na revolução verde e a possibilidade de seu questionamento. Isto soma-se às tentativas de criação de um significado comum sobre o movimento de agricultura alternativa do Brasil, na tentativa de alinhamento entre os grupos que a reivindicam durante toda a década de 1980.

Porém, o processo não está atrelado apenas às relações que concatenam grupos isolados em conglomerados maiores, mas também na relação do movimento com as instituições. “As instituições são “hospedeiras” particularmente econômicas em que os movimentos podem germinar” (EGRET, 1977 apud TARROW, 2009 p.42), e assim ocorreu também com o movimento de agricultura alternativa, que se fortaleceu nos primeiros anos pela abertura institucional promovida pelo Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), iniciado em 1983 para estimular alternativas produtivas à revolução verde, vinculado institucionalmente à Federação de Órgãos

para Assistência Social e Educacional (Fase). Fato que se faz presente também na crucialidade de instituições como a Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Faeab) e a Federação do Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), que organizaram os EBAA's (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Apesar dos fatores favoráveis, o diálogo entre os grupos participantes deste embrião do movimento de agricultura alternativa no Brasil, possuía divergências fundamentais relativas à maneira como se dariam as mudanças no paradigma da agricultura e como estas deveriam ser manejadas pelo movimento, o que inviabilizou a formação de um Movimento Social referente à agricultura alternativa naquele momento (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Com o fortalecimento do conceito e das práticas agroecológicas no Brasil no início da década de 1990, e a tomada da Agroecologia como uma continuação do movimento de agricultura alternativa, mudam-se as perspectivas de ação e organização. Com o PTA em 1983 surgiram diversas instituições e ONGs que iniciaram antes dos anos 1990 um questionamento sobre as metodologias utilizadas anteriormente, colocando em xeque o modelo difusionista pautado na aplicação vertical de técnicas e tecnologias, propondo metodologias horizontais com base na Agroecologia. Com o sucesso de muitas destas iniciativas e o salto qualitativo na organização e no desenvolvimento local, a Agroecologia se espalhou e foi adotada por diversos grupos da agricultura alternativa, aglutinando mais e mais atores, conciliando consumidores, técnicos, produtores e acadêmicos dentro de suas fileiras (MONTEIRO; LONDRES, 2017; MOURA, 2017).

Com a expansão da discussão a respeito do ambiente e da alimentação nos anos 1990, cresceu a demanda por produtos livres de agrotóxicos, criando a oportunidade de surgimento de feiras para dar vazão à produção dos agricultores participantes do movimento de agricultura alternativa, que agora já se redesenhava como Movimento Agroecológico. Neste momento são criadas a Feira de Porto Alegre, organizada pela Coolméia, em 1989; a Feira do bairro da Glória, no Rio de Janeiro, de 1994, organizada pela Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (Abio); e a Feira da Associação de Agricultura Orgânica (AAO) de São Paulo, de 1991 (MONTEIRO; LONDRES, 2017; MOURA, 2017).

Logo em 1991 uma nova fase do movimento agroecológico brasileiro se inicia, marcada pela regulamentação do setor de orgânicos e por mudanças no campo social brasileiro. Neste momento observa-se o fortalecimento ainda maior das pautas ambientais desencadeadas pela ECO 92, pelo início do questionamento do paradigma produtivo da revolução verde dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e a criação da lei de orgânicos da EU em 1991 (MONTEIRO; LONDRES, 2017; MOURA, 2017).

Isto se deu pois a ECO 92 colocou em evidência, ao amplo público, os problemas da degradação ambiental e das condições de vida dos seres humanos, lançando luz, indiretamente,

aos efeitos deletérios da agricultura convencional. O início da mudança de paradigma de agricultura dentro do MST colocou-o em alinhamento com a Agroecologia, somando à pauta o maior Movimento Social do mundo, aumentando seus números e ampliando seu Repertório. E finalmente, a legislação europeia lança o conflito que se torna fator aglutinador do Movimento Agroecológico, gerando oposição imediata às estruturas criadas a reboque da legislação europeia.

O Movimento Agroecológico, diferentemente do movimento de agricultura alternativa, conseguiu alinhar os diversos grupos dentro das perspectivas da Agroecologia. Este fato foi marcado pelo maior poder de atuação frente ao Estado, demonstrado em 1994/1995 com a criação do Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPO), que garantiu a participação de ONG's e universidades em conjunto com os Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A presença do Movimento Agroecológico também foi marcada pela atuação na consulta pública que culminou na Instrução Normativa 7/1999, que estabeleceu normas para produção, processamento, distribuição, identificação e certificação de produtos orgânicos, já contendo o termo "Agroecológico" (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012; VILELA et al., 2019).

Em 2001 o Movimento Agroecológico formalizou a proposição de realizar o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que se concretizou em 2002, colocando a Agroecologia no centro do debate. Deste encontro fortaleceu-se a articulação dos movimentos de Agroecologia tanto a nível regional e estadual, quanto os unificou à nível federal, com a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Nesta perspectiva, o movimento de agricultura alternativa dos anos 1970-1980, foi reconstruído sob a bandeira da Agroecologia. Com seu alinhamento interno, o movimento se expandiu, criou vínculos com outros movimentos que se fortalecem mutuamente; abriu frentes mais amplas de discussão, elevou seu número de quadros e acirrou conflitos políticos institucionais frente ao Estado, o que na definição de Tarrow (2009) caracterizaria a cristalização do confronto político em Movimento Social.

Temos como alguns exemplos dessa expansão de horizontes, as diversas articulações que se conformaram a partir do Movimento Agroecológico como a ANA: o movimento que originou o SPG, em 1991 (MEIRELLES, 2020); a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em 2004, mirando a expansão da temática no meio acadêmico-científico (MONTEIRO; LONDRES, 2017); a criação de conselhos junto ao Estado, que contaram com forte adesão de membros da ANA, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap) (BRASIL, 2017; BRASIL S/D); e as participações cruciais para que temas do Movimento Agroecológico estivessem presentes na Lei 10.831/2003, e que esta fosse regulamentada em 2007 pelo Decreto no

6.323/2007, já contendo em si o SPG (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007).

O SPG: UM RAMO DE UMA ÁRVORE MAIOR

Como foi observado na sessão anterior, o SPG se origina dentro do Movimento Agroecológico (que se origina dos desdobramentos do movimento de agricultura alternativa), a partir de sua maior organização perante o conflito com a institucionalidade adotada pelo Estado, uma massificação da concepção de preservação do meio ambiente e melhora da alimentação, e o alinhamento entre diversos grupos existentes na sociedade como Movimentos Sociais e a academia.

Propomos, partindo deste cenário, elencar os fatores que poderiam discernir o movimento do SPG como uma sessão do Movimento Agroecológico, ou como um movimento próprio. Para tanto, partimos da delimitação das Campanhas, de seus Repertórios e de suas características de V.U.N.C, e se estes diferem-se suficientemente para definir o SPG como um movimento dentro de um movimento, ou apenas uma corrente interna do movimento agroecológico que o abarca.

CAMPANHA, REPERTÓRIO E V.U.N.C. NO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO BRASILEIRO

Tendo em vista que anteriormente a 1991 não existia regulamentação para o setor de produtos orgânicos, a Campanha que caracteriza o Movimento Agroecológico de forma mais bem delimitada se dá a partir deste ano pelo questionamento do processo de institucionalização. Porém não podemos dizer que anterior a isso não havia Campanha. Podemos pontuar que a Campanha que dava delineamento aos movimentos de agricultura alternativa, baseada na mudança das práticas da agricultura convencional, não teve capacidade de dar robustez necessária para estrutura-lo enquanto Movimento Social, ao passo que, o conflito Movimento *versus* Estado foi capaz de promover este efeito com o Movimento Agroecológico.

Sendo assim, apontamos que a Campanha que define o Movimento Social Agroecológico pauta-se no embate por seu reconhecimento formal e sua massificação, e que vai se delineando ao longo do tempo, na mudança completa do sistema agroalimentar (FONTOURA, 2016; ALTIERI; NICHOLLS, 2021). Se olharmos por este espectro podemos inferir que o conflito que dá a unidade ao movimento retoma, a partir deste momento, a sua pauta histórica de mudança do paradigma de produção e consumo, mote do movimento da agricultura alternativa que o antecedeu (TARROW, 2009; FONTOURA, 2017).

No que diz respeito ao Repertório, o Movimento Agroecológico possui como principal forma de ação a pressão, a organização de diversas frentes que atuam dentro dos conselhos e fóruns dentro do Estado, também valendo-se da organização de congressos e eventos de

divulgação e comercialização de produtos, mirando expandir-se e demonstrar força (FONTOURA, 2017; MONTEIRO; LONDRES, 2017; TASCA, 2023). O Repertório do Movimento Agroecológico também se vale do Ativismo Institucional como uma de suas ferramentas, contando com membros dentro do Estado, que tentam garantir presença destas pautas quando possível (FERREIRA S/D; OLIVEIRA, 2021; TASCA, 2023).

O MST, ao somar-se ao Movimento Agroecológico como pontuado na Carta da 14ª Jornada de Agroecologia (2015) e na Carta do MST ao Povo Brasileiro de 2022 (MST, 2015; MST, 2022), faz com que seu Repertório se acrescente ao deste movimento. O acréscimo do Repertório do MST faz com que algumas ações pontuais e outras contínuas realizadas por este carreguem a bandeira da Agroecologia.

Dentre as diretas, temos como exemplo os trancamentos da passagem do trem da Valle juntamente ao Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM) em 2019, fortemente pautados nos agricultores tradicionais e familiares (SUL 21, 2019); e o protesto na sede da vinícola Salton em São Paulo em 2023, referente ao emprego de mão de obra análoga escravidão pela empresa, no qual as mulheres do MST colocaram nas escadarias da empresa, caixas de produtos agroecológicos (BRASIL DE FATO, 2023).

E as ações contínuas, porém de maior impacto que se viabilizaram dentro do Repertório como ações de repercussão da Agroecologia, tais como, a doação de alimentos durante a pandemia da Covid-19, que contou com a distribuição de mais de 6 mil toneladas de alimentos *in natura* e 1 milhão de marmitas (MATHEUS; SOUZA-ESQUERDO; SIEBER, 2020); As ações de plantio de árvores referentes ao Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, que preconiza o plantio de 100 milhões de árvores entre 2020 e 2030 (MST; 2021a); a realização anual da Feira Nacional da Reforma Agrária, que contou com público de 320 mil pessoas em 2023 (MST; 2023); e a afirmação dos princípios Agroecológicos através da produção e distribuição dos alimentos, fazendo com que estes estejam presentes para amplo público, tanto em pontos de venda específicos do movimento como os Armazéns do Campo, como em pontos de venda comuns, onde se podem encontrar os produtos alimentícios, e de bioinsumos (MST, 2021b; MST; 2021c)

Para definição de Valor no Movimento Agroecológico, temos que o movimento é formado por agricultores familiares, técnicos, acadêmicos, professores universitários, agentes do estado, dentre outros, o que colocaria sobre este uma imagem respeitável perante o público. O movimento também atua de forma construtiva junto ao Estado, usando-se de suas estruturas de forma a construir uma relação que procura melhorar sua imagem perante ao Estado (FONTOURA, 2016; MOURA, 2017; MONTEIRO; LONDRES, 2017).

A Unidade se funda na autoidentificação como um Movimento Agroecológico, seu posicionamento como tal, sua disseminação enquanto pauta central, e a criação de espaços de

interação que pautam a Agroecologia como a ANA, ABA, e o MAELA (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Os Números não podem ser contabilizados de forma precisa. Porém, se levarmos em consideração que o registro de SPGs, que totalizam 8753 registros no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNAPO, 2023); que o MST conta com potencial de massificar a agroecologia (MST, S/D); que o movimento agroecológico concentra acadêmicos e técnicos de diversas regiões; e engloba também movimentos de agricultura tradicional, pode-se dizer que este tem quantidade de membros suficiente para respaldar suas reivindicações, tanto que estas se concretizam na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) levando em consideração de forma muito presente as reivindicações do Movimento Agroecológico (PNAPO, 2016).

Finalmente, para o Comprometimento, temos que compreender que, como o conflito não é físico, com exceção de ações pontuais do MST, as manifestações de Comprometimento não estarão sempre relacionadas à resiliência física dos participantes. Propomos que a principal demonstração de comprometimento observada se dá a partir dos quadros mais antigos que dedicaram sua história às lutas envolvendo o Movimento Agroecológico. Alguns, em idade avançada continuam em atuação, fato observado na pesquisa de Tasca (2023), na qual os agentes entrevistados denotam sua ligação e dedicação ao Movimento pela construção de carreiras inteiras voltadas ao tema, dentro e fora do Estado.

Sendo assim, delimitamos o Movimento Agroecológico enquanto Movimento Social, e Movimento gerador do movimento do SPG.

SPG: CAMPANHA, REPERTÓRIO E V.U.N.C

Em 2007 ocorreram avanços institucionais para o SPG a partir da promulgação do Decreto 6.323/2007. Institucionalmente, o SPG é fortalecido em 2009 com a publicação do Instrução Normativa - IN19, que aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica estabelecidos no Decreto 6.323/2007; o SPG também se fortalece com a organização do Fórum Brasileiro e do Latinoamericano de SPGs (BRASIL, 2009; CARTA DE PRINCÍPIOS, 2009; CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM LATINOAMERICANO DE SPGS, 2009).

Estes fatos evidenciaram que existe uma demanda específica, surgida a partir do conflito aglutinador do Movimento Agroecológico, que foi se moldando como a Campanha do potencial movimento do SPG – a corrida pelo reconhecimento do SPG perante a institucionalidade vigente que regulamentou o setor de orgânicos.

Quando se pensa em Movimentos Sociais, comete-se o erro de tentar compreendê-los como um movimento único quando estes consistem, geralmente, de grupos menores alinhados em torno de uma causa unificante (TARROW, 2009), o que não quer dizer que suas frações são

necessariamente movimentos à parte.

O conflito, aquele presente no movimento de agricultura alternativa e da Agroecologia, possui diferentes facetas. Uma delas, a negação de formas diferentes de avaliação da conformidade orgânica e certificação, tema gerador do movimento do SPG.

Tendo em vista o aporte teórico de Tarrow (2009), o Movimento Agroecológico, pelo conflito, ou por seu maior amadurecimento, se vê na situação de ampliação de suas frentes, o que, além de estender o conflito basilar que funda este movimento, abre frente para a formação de movimentações com frentes específicas atreladas ao tema, criando cenário para embates particulares do movimento do SPG.

Sendo assim, temos que o movimento em torno do SPG concentra características de Campanha que o definem, e surge de uma frente específica de conflito do Movimento Agroecológico. Isto se dá já em 1991 quando define-se a certificação orgânica por meio da legislação europeia, e cria-se dentro do Movimento Agroecológico brasileiro a frente de disputa por uma metodologia própria de certificação. Este fato dá ao SPG sua Campanha, referente ao seu reconhecimento institucional como válido para atestar as qualidades orgânicas dos produtos e, desta maneira, possibilitar a certificação a partir de si (MEIRELLES, 2020; TASCA, 2023).

Apesar da Campanha própria, e conflito particular, o Repertório do movimento do SPG é o mesmo já citado para o Movimento Agroecológico e participa nos mesmos espaços de reivindicação junto ao Estado, o que poderia significar que os quadros de ambos não se distinguem entre si, ou seja, que estes são potencialmente os mesmos quadros.

O mesmo ocorre ao analisarmos as características de V.U.N.C. do SPG, estando a maioria delas estritamente relacionadas às do Movimento Agroecológico. O Valor pauta-se nos mesmos agentes e características; os Números geralmente são compostos pelos mesmos quadros; e, finalmente, as características de Comprometimento também são equivalentes. A única exceção dentro destes conceitos, e que manifesta características próprias, é a Unidade, representando-se a partir da criação de uma identidade dentro do Movimento Agroecológico que distingue seus participantes como do SPG, criando pautas e organizações voltadas ao SPG como cerne, tais como o Fórum Brasileiro e o Latino-americano de SPGs (CARTA DE PRINCÍPIOS, 2009; CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM LATINOAMERICANO DE SPGS, 2009).

Porém, como vimos a partir de Tilly (2004), não podemos cometer o erro de atribuir qualquer tipo de aglutinação em torno de uma causa como Movimento Social, a tempo que o conflito político colocado por Tarrow (2009) não se cristaliza sempre como Movimento Social. Ambas afirmações corroboram com a visão de que o SPG, apesar de sua construção histórica, não concentra características suficientes para caracterizar um movimento em si, sendo uma frente do Movimento Agroecológico.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que o movimento do SPG, apesar de concentrar características de Campanha, por ter definido dentro de si reivindicações próprias, e Unidade, que o distinguem pela autoidentificação de seus membros enquanto participantes do SPG, não concentra características para ser considerado um Movimento Social em separado do Movimento Agroecológico. Isto coloca uma perspectiva mais próxima de uma frente interna que possui a função de disputar um campo específico de uma luta maior, a do Movimento Agroecológico, do que de um Movimento Social específico do SPG. Isto também se apresenta através de seu conflito, que é referente à avaliação da conformidade orgânica e à certificação, e que está contido no todo do conflito da regulamentação do setor de orgânicos, que é bem mais amplo.

O fato constata-se também por uma proximidade ainda muito forte do Repertório, dividindo as mesmas ações e quadros, às vezes não sendo distinguíveis entre si; e das características de V.U.N.C. dos membros do SPG com os do Movimento Agroecológico, o que pressupõe na prática que os membros do SPG são primariamente membros do Movimento Agroecológico, tendo em vista que apesar de se distinguirem por suas pautas, ainda estão contidos e são quadros do Movimento Agroecológico.

Finalmente, apontamos o caminho fértil para estudos que envolvam as características do SPG enquanto um fenômeno de organização da sociedade, seus preceitos e suas lutas, tendo em vista que o tema ainda foi pouco abordado em muitas de suas dimensões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, p. 49-86, 2009.

ALVES, A. C. O; SANTOS, A. L. S. dos; AZEVEDO, R. M. M. C. de. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 7, n. 2, p. 19-27, 2012.

BRASIL DE FATO. Trabalho escravo: mulheres do MST protestam na sede da vinícola Salton em São Paulo. **Brasil de Fato**. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/08/trabalho-escravo-mulheres-do-mst-protestam-na-sede-da-vinicola-salton-em-sao-paulo>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto N° 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Brasília: MAPA. 28 dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lei N° 10831, de 23 de dezembro de 2003. Brasília: MAPA, 2003.

BRASIL. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. Brasília: MDS; Ciapo, 2013. Disponível em: <http://www.agroecologia.gov.br/plano>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. S/D. Disponível em:

<https://www.gov.br/mda/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/conselho-nacional-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-condraf>

CENTRO ECOLÓGICO. **Sistema Participativo de Garantia**. Ipê, 2014. p. 53

CUSICANQUI, S. R. **Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Tinta limón, 2010.

EXAME. MST invade empresa de eucalipto transgênico e destrói mudas. **Exame**. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mst-invade-empresa-de-eucalipto-transgenico-e-destroiu-mudas/> Acesso em: 21 jun. 2023.

FAE - Feira de Agricultores Ecologistas. **Sobre a FAE**. Disponível em: <https://feiraecologica.com.br/fae/sobre-a-fae/#:~:text=Coolméia%20GFU,Barros%20Cassal%2C%20em%20Porto%20Alegre>

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, D. D. Ativismo Institucional. **Universidade Federal do ABC**. S/D. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/divulgacao-cientifica/pesquisas-de-egressos/compreender-como-as-politicas-publicas-sao-implementadas-e-algo-fundamental- pois-tais-politicas-afetam-as-pessoas-e-a-sociedade-como-um-todo#>.

FOUILLEUX, E.; LOCONTO, A. Voluntary standards, certification, and accreditation in the global organic agriculture field: a tripartite model of techno-politics. **Agriculture and Human Values**, v. 34, n. 1, p. 1-14, 2017.

GONZÁLEZ, L. B. V.; VÁZQUEZ, M. R. P.; GRACIA, M. A.; GARCIA, A. A. E.; BALTAZAR, E. B.; LUGO, E. E. Procesos de subjetivación derivados de la aplicación de programas de transición a la producción de miel orgánica em la península de Yucatán, México. **Nova Scientia**, v. 8, n. 02, p. 555-578, 2016.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Sistemas Participativos de Garantia: panorama nacional dos sistemas participativos de garantia**. p.10-43. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.(Orgs.). **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre/MG: 2020. 225p il. Ebook. Disponível em:<https://portal.ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/component/content/article?id=994>.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Produção e consumo de produtos orgânicos no Mundo e no Brasil**. Brasília: IPEA. 2020.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil. **Obter Certificação de Produtos Orgânicos - Produção Primária Vegetal (PPV)**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certificacao-de-produtos-organicos-producao-primaria-vegetal>

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MATHEUS, A. C.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; SIEBER, S. S. Ações solidárias do MST no contexto da pandemia Covid-19. **V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**. 2022. UFRN (evento online).

MEIRELLES, L. **A origem da certificação participativa e o desafio dos Sistemas Participativos de Garantia**. In: **Sistemas Participativos de Garantia do Brasil: Histórias e Experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. p. 51-64.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no brasil. **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**, 2017 p. 53.

MOURA, I. F. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica das políticas públicas no Brasil. **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**, 2017.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Carta da 14ª Jornada de Agroecologia**. 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/07/28/carta-da-14a-jornada-de-agroecologia/>

MST. **Nossa Produção**. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao/>.

MST. **Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis**. 2021a. Disponível em: <https://mst.org.br/especiais/plantar-arvores-produzir-alimentos-saudaveis/>

MST. **Armazém do Campo: 5 anos da maior rede de produtos da Reforma Agrária Popular do Brasil**. 2021b Disponível em: <https://mst.org.br/2021/08/10/armazem-do-campo-5-anos-da-maior-rede-de-produtos-da-reforma-agraria-popular-do-brasil/>

MST. **Fruto de assentamentos e referência na produção de sementes, BioNatur faz 24 anos**. 2021c. <https://mst.org.br/2021/01/19/fruto-de-assentamentos-e-referencia-na-producao-de-sementes-bionatur-faz-24-anos/>

MST. **Feira demonstra potência dos assentamentos do MST na produção de alimentos saudáveis**. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/05/14/feira-demonstra-potencia-dos-assentamentos-do-mst-na-producao-de-alimentos-saudaveis/>

OLIVEIRA, M. S. Movimentos sociais, ocupação de cargos públicos e políticas públicas: uma relação de sucesso. Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira [online]. **Brasília: Editora UnB**, p. 123-153. 2021.

QUIJANO, A. A colonialidade do saber: colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005.

RODRIGUES, B. S. Mercosul: 25 anos de avanços e desafios. Revista Neiba, **Cadernos Argentina Brasil**, v. 5, n. 1, 2016.

SUCCI JÚNIOR, D. A agenda de segurança estadunidense no pós-Guerra Fria e o emprego das Forças Armadas na Argentina e no Brasil. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 3, p. 566-586, 2016.

SUL 21. **Mulheres do MST e do MAM trancam passagem do trem da Vale em Minas Gerais**. Disponível em: <https://sul21.com.br/movimentos/2019/03/mulheres-do-mst-e-do-mam-trancam-passage-m-do-trem-da-vale-em-minas-gerais/>

TARROW, S. O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político. **Petrópolis: Editora Vozes**, 2009.

TASCA, L. H. C. 2023. **Sistemas Participativos de Garantia (SPG) na equivalência de certificação orgânica entre Brasil e Chile**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI. Campinas, Brasil: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

TASCA, L. H. C.; Brito, T. P. B.; Souza-Esquerdo V. F. Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) na América Latina. **Anais do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. 2022.

TILLY, C. **Movimentos sociais como política**. n. 3, p. 133-160, 2004

VILELA, G. F.; MANGABEIRA, J. A. C.; MAGALHÃES, L. A.; TÔSTO, S. G. Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Agricultores Orgânicos. **Documentos**, n.127. **Campinas: Embrapa Territorial**, 2019. 20p.